



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Acácio Favacho – MDB/AP)

Requer, nos termos do art. 32, inciso VII, alínea “a”, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater as perspectivas do Ministério das Cidades em relação ao saneamento básico no Brasil, bem como os impactos dos decretos presidenciais que modificam o Novo Marco do Saneamento Básico no país.

Requer, nos termos do art. 32, inciso VII, alínea “a”, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater as perspectivas do Ministério das Cidades em relação ao saneamento básico no Brasil, bem como os impactos dos decretos presidenciais que modificam o Novo Marco do Saneamento Básico no país. Para isso, sugiro os seguintes convidados:

- Ministro das Cidades, Sr. Jader Filho;
- Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Hildo Rocha;
- Secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Sr. Leonardo Picciani;
- Secretário nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Justificação

O saneamento básico, o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o manejo de resíduos sólidos são temas fundamentais para garantir a qualidade de vida e a saúde da população.

De acordo com o Ministério das Cidades, os ajustes trazidos pelos novos decretos permitirão que 1.113 municípios voltem a acessar recursos de saneamento básico do Governo Federal para que cumpram a meta de universalização, dando nova oportunidade para que empresas estaduais possam comprovar sua capacidade econômico-financeira de realizar os investimentos. Pelas regras atuais, esses municípios, que reúnem 29,8 milhões de brasileiros, tiveram seus contratos com os





CÂMARA DOS DEPUTADOS

prestadores estaduais declarados irregulares e, portanto, não poderiam contar com verbas federais para buscar a universalização.

Além disso, é importante que a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados exerça seu papel de fiscalização e acompanhamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano e regional, e que solicite esclarecimentos do governo sempre que houver dúvidas ou questionamentos sobre essas políticas. O requerimento proposto é uma forma de cumprir esse papel, garantindo a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e na implementação de políticas públicas que afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população.

Espero contar com o apoio dos nobres pares desta comissão para que possamos obter os esclarecimentos necessários acerca desse importante tema para a saúde pública e o desenvolvimento urbano do nosso país.

Sala das Sessões, _____ abril de 2023

Deputado **Acácio Favacho**
(MDB/AP)

